



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 2 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2018.**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 1/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 1/2018; -----
2. Proposta de redução de taxas – Processo 24/2017 – Cipina, Unipessoal, Lda.; -----
3. Ratificação do Despacho de Designação do Representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro ao Rancho Folclórico de Aranhas; -----
5. Protocolo de Colaboração entre a CIMBB e a Câmara Municipal de Penamacor relativa à Rede Gateways Beira Baixa; -----
6. Projeto de “Emparcelamento Simples”- Proposta de aprovação submetida à Câmara por João Emanuel Silva em representação de Hélder Gama do Vale; --
7. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Domingos Manuel Bicho Torrão, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 5 de janeiro do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares deu conhecimento e convidou os senhores vereadores e a comunicação social para dois eventos: a Festa das Varas do Fumeiro de Aranhas a decorrer nos dias 26, 27 e 28 de janeiro e no dia 26 a conferência de imprensa de apresentação do Meeting Internacional de Orientação, a realizar nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 1/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 1/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 5 de janeiro de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS – PROCESSO 24/2017 – CIPINA, UNIPESSOAL, LDA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito das obras a levar a efeito de acordo com o processo nº 24/2017, vem a requerente CIPINA, Unipessoal, Lda solicitar a redução de taxas no referido processo de obras. -----

A requerente prova ter domicílio fiscal neste concelho de Penamacor, pelo que, ao abrigo do nº 7 do artº 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento 485/2010), pode ser concedida redução de taxas até ao máximo de 50%. -----

A competência para a apreciação do requerimento e dos documentos que possam instruí-lo está atribuída à Câmara Municipal pelo nº 6 do artigo 96º do em apreço, a quem cabe decidir sobre a atribuição de redução no pagamento das taxas devidas e a respetiva percentagem até ao limite de 50%. -----

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado, no uso da competência prevista no nº 6 do artigo 96º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, conceder à requerente CIPINA, Unipessoal, Lda a redução de 50% no valor das taxas devidas por todo o processo de licenciamento referente ao processo nº 24/2017, conforme o respetivo projeto apresentado na Divisão de Obras deste Município”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Foi instituída no Município de Penamacor com efeitos a 20 de maio de 2010 a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, através pela Portaria n.º 1003/2010, de 1 de outubro do mesmo ano. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo foi aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, diploma entretanto alterado e republicado pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. -----

A Comissão Alargada da CPCJ integra, entre outros e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, um representante do Município a designar pela Câmara Municipal de entre pessoas com especial interesse ou aptidão na área das crianças e jovens em perigo. Por inerência, o representante do Município como tal designado, integra também a Comissão Restrita da CPCJ, como determina o n.º 2 do artigo 20.º do mesmo diploma. -----

Reuniu no passado dia 10 de janeiro a CPCJ-Penamacor, para a qual foi necessário nomear um novo representante do Município. Não sendo possível reunir oportunamente o Executivo, procedeu-se à nomeação por Despacho do Presidente da Câmara Municipal, do qual se anexa cópia e faz parte da presente proposta. -----

Assim, conforme prevê o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso da competência atribuída pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, diploma entretanto alterado e republicado pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, propõe-se agora que seja deliberado ratificar o despacho que designou o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo para representar o Município de Penamacor na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Penamacor". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE ARANHAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

“A Associação do Rancho Folclórico de Aranhas tem assumido desde há longa data um importante papel na recolha, preservação e divulgação do património cultural e etnográfico da freguesia e do concelho. Para alcançar tal objetivo, dinamiza ao longo do ano inúmeras atividades culturais que atraem muito público e visitantes. -----

Cabendo aos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, diretamente ou através da atribuição de apoios a outras entidades, e tendo em conta as atribuições nos domínios do património e da cultura mencionadas na alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, seja deliberado atribuir à Associação do Rancho Folclórico de Aranhas, um apoio financeiro no valor € 4.000,00 (quatro mil euros) para fazer face a despesas com execução das atividades de natureza cultural, recreativa ou outras já realizadas ou previstas para o corrente ano, conforme o pedido dirigido ao Município no documento que se anexa. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CIMBB E A CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR RELATIVA À REDE GATEWAYS BEIRA BAIXA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Com vista à constituição da Gateway de Penamacor, parte integrante da Rede de Gateways Beira Baixa, no âmbito do Projeto de Comunicação e Marketing do PROVERE BEIRA BAIXA: TERRAS DE EXCELÊNCIA, de acordo com o Programa de Ação aprovado pela AG, para promoção da marca Beira Baixa e



Livro: ____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

dos seus produtos agroalimentares, e tendo em conta as atribuições dos municípios em matéria de promoção do desenvolvimento mencionadas na alínea m) do nº 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º do mesmo diploma, autorize o Município a celebrar com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa o protocolo em anexo, cujos termos e condições constam do documento, que para todos os efeitos se dá por reproduzido. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa no montante de 1.506,63 euros, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A presente proposta foi aprovada em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PROJETO DE “EMPARCELAMENTO SIMPLES” – PROPOSTA DE APROVAÇÃO SUBMETIDA À CÂMARA POR JOÃO EMANUEL SILVA EM REPRESENTAÇÃO DE HÉLDER GAMA DO VALE. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com os termos da informação 008/DO-OPPOT, tomando em conta o disposto na Lei 111/2015 de 27 de Agosto nos termos do seu Artigo 9º, tendo em consideração que é Penamacor como Município territorialmente competente quem aprova os projetos/propostas de “Emparcelamento Simples”, iniciativa dos proprietários interessados; tomando ainda em conta que o projeto/proposta apresentada à consideração do município pode ser entendida como uma forma de melhoramento da estrutura fundiária com reflexos no âmbito do uso do solo, potenciando o desenvolvimento da estrutura produtiva; segundo uma economia de escala relativa ao seu potencial uso agrícola e dado

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

que tal prática encontra acolhimento no Regulamento do Plano Diretor Municipal, segundo os seus artigos 2º, 15º e 20º; acha-se possível propor a aprovação da ação de emparcelamento pretendida. -----

Não se encontraram quaisquer condicionantes à ação pretendida, sejam de carácter regulamentar do P.D.M; resultantes de planos especiais de ordenamento do território ou outras entendidas como restrições de utilidade pública e servidões administrativas. O projeto/proposta não contradiz o disposto na portaria 219/2016 de 9 de Agosto quanto a “áreas mínimas de cultura” ou quanto à “superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas”; estando na linha do objetivo pretendido na mesma. -----

Desta forma ponderados todos os aspetos inerentes ao projeto/proposta de emparcelamento em apreço, propõe-se a aprovação da mesma nos termos da informação 008/DO-OPPOT, acima referida, aprovando igualmente a minuta de certidão que se inclui na mesma a qual será o documento de confirmação do ato a fornecer ao requerente”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 582.178,19 euros e uma despesa também acumulada de 50.682,95 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

-

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Dada a palavra ao público presente na reunião, ninguém quis fazer uso da mesma. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e trinta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares